CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO N.º 59216

PRIMEIRA OUTORGANTE: INTERPREV – SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, S.A., Pessoa Coletiva n.º 507072065, com sede na Alameda Pero da Covilhã, Lote 3 R/C – 6200-507 Covilhã, devidamente representada por Pedro Miguel Carrilho Soares, na qualidade de presidente do conselho de administração e com poderes para o ato.

SEGUNDA OUTORGANTE Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa, Pessoa Coletiva n.º 50661062, com sede em Av. Rainha D. Amélia, Lumiar, 1600-676 Lisboa, devidamente representada por António Roque Pombo Barata e André Fernandes Robalo Avelans Coelho, na qualidade de Vice-Presidente da Direção e Tesoureiro, respetivamente, com poderes para o ato.

Entre **PRIMEIRA E SEGUNDA OUTORGANTE** é celebrado o presente contrato de prestação de serviços externos de **Segurança e Saúde do Trabalho**, ao abrigo do disposto nos respetivos termos aplicáveis da Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro, o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

1. A PRIMEIRA OUTORGANTE obriga-se a prestar, de forma regular e contínua, os serviços/actividades de Segurança e Saúde do Trabalho contratados pela SEGUNDA OUTORGANTE conforme os termos expressa e devidamente descritos e identificados na cláusula seguinte.
2. Os serviços/actividades objeto do presente contrato abrangerão os trabalhadores ao serviço da SEGUNDA OUTORGANTE indicados expressamente à PRIMEIRA OUTORGANTE que, durante a sua vigência, prestem serviço no estabelecimento da SEGUNDA OUTORGANTE, sito em Sede – Av. Rainha D. Amélia, Lumiar, 1600-176 Lisboa; Centro Nuno Belmar da Costa - Rua Melvin Jones, 34, 2780-133 Oeiras; Espaço 7 Ofícios – Rua Professor Vieira de Almeida, 6, c/v, 1600-688 Lisboa; Casa de São Domingos de Benfica – Largo Conde Otolinni, 22, R/c Esq., 1500-201 Lisboa; Centro Nuno Krus Abecasis – Rua das Calvanas, Lote 50, 1750-480 Lisboa; Centro Dr. José de Azeredo Perdigão – Rua Maria Luiza Amaral Alves, Lote 13, 2675-510 Odivelas, bem como no referido estabelecimento, não se obrigando a PRIMEIRA OUTORGANTE a

prestar os seus serviços/actividades noutros estabelecimentos que não tenham sido comunicados e aceites previamente entre as OUTORGANTES nos termos do presente contrato.

3. O presente contrato abrange o total de trabalhadores e colaboradores que se encontram ao serviço da SEGUNDA OUTORGANTE, devidamente identificados no Anexo I - Relação de Trabalhadores ao presente Contrato e que dele faz parte integrante, bem como os que posteriormente à presente data venham a ser adicionados a tal Anexo, em face de novas admissões que venham a ser feitas por parte da SEGUNDA OUTORGANTE após a celebração do presente contrato, abrangendo ainda os estabelecimentos da SEGUNDA OUTORGANTE, devidamente identificados no Anexo II - Relação de Estabelecimentos, ao presente Contrato e que dele faz parte integrante.

SEGUNDA

1. No que respeita aos serviços de **Segurança no Trabalho**, os serviços/actividades contratualizados e a prestar pela PRIMEIRA à SEGUNDA OUTORGANTE consistirão na realização de:

- Realização de Auditorias/visitas Técnicas periódicas, de Segurança e Higiene do Trabalho, para verificação das condições gerais de trabalho a todos os estabelecimentos pertencentes à APCL, sendo a periodicidade definida em função dos riscos inerentes aos locais de trabalho em causa;
- Identificação e avaliação de riscos de segurança e saúde dos trabalhadores e elaboração dos respetivos relatórios com a proposta de medidas corretivas e preventivas;

2. No que respeita à Saúde do Trabalho, os serviços/actividades contratualizados e a prestar pela PRIMEIRA à SEGUNDA OUTORGANTE consistirão em:

- a) Realização de exames de Admissão, Periódicos e Ocasionais;
- b) Realizar todos os atos médicos de Saúde do Trabalho, de rotina ou de emergência, assegurando as obrigações que decorrem da ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- c) Realização pela equipa de enfermagem dos exames complementares de diagnóstico e coadjuvar o médico do trabalho no desenvolvimento das suas funções;
- d) Organizar e manter atualizado os Ficheiros Clínicos e outros elementos informativos relativos a cada trabalhador, em função dos riscos profissionais;
- e) Acompanhamento e análises de situações de baixa e doenças profissionais e acidentes de trabalho, sua análise e caracterização;

f) Elaboração de pareceres técnicos com vista ao desenvolvimento e consolidação dos Serviços de Saúde do Trabalho, estabelecendo também uma ligação estreita com os médicos de família dos trabalhadores;

g) Redução ou aumento da periodicidade dos exames, face ao estado de saúde do trabalhador e ao resultado da prevenção dos riscos profissionais, devendo, contudo, realizá-los dentro do período e que está estabelecida a obrigatoriedade de novo exame;

h) A INTERPREV compromete-se a efetuar os seguintes Exames Médicos complementares de diagnóstico:

Exames Médicos de Admissão, Periódicos:

- Consulta Médica;
- Verificação do Plano Vacinal;
- Análise Biométrica (Peso/Altura/Massa Corporal);
- Eletrocardiograma em Repouso;
- Medição da Tensão Arterial;

Exames Médicos Ocasionais

- Consulta Médica;
- Análise e verificação das alterações substanciais nos meios utilizados, no ambiente e na organização do trabalho suscetíveis de repercussão nociva na saúde do trabalhador depois de uma ausência superior a 30 dias por motivo de acidente de trabalho ou de doença.

Os exames complementares de Diagnóstico serão realizados sempre que a situação o justifique.

TERCEIRA

1. Os serviços/actividades supra identificados na Cláusula Segunda serão prestados/realizados, conforme previa e oportunamente acordado e agendado por ambas as OUTORGANTES, nos estabelecimentos da SEGUNDA OUTORGANTE (devidamente identificados no Anexo II ao presente Contrato), bem como nas Unidades Móveis de Saúde propriedade da PRIMEIRA OUTORGANTE.

QUARTA

1. A SEGUNDA OUTORGANTE obriga-se a:

- a) Receber da PRIMEIRA OUTORGANTE os serviços/actividades contratados, através dos profissionais por esta última disponibilizados para o efeito.
- b) Disponibilizar aos profissionais técnicos da INTERPREV todo o apoio que lhe seja solicitado, no âmbito da execução do objecto do presente contrato, permitindo-lhes o contacto com todas as estruturas da sua organização e o livre acesso às suas instalações e locais de trabalho nas quais serão executados os referidos serviços/actividades técnicas e prestando, em tempo útil, todas as informações e esclarecimentos necessários à execução dos trabalhos, estando consciente de que a sua integral colaboração é indispensável para a cabal realização dos trabalhos.
- c) garantir que os locais para a prestação e realização dos serviços/actividades contratados nos seus estabelecimentos, nomeadamente no que respeita aos exames de Saúde do Trabalho, cumpre com as condições e requisitos exigidos legalmente.
- e) Comunicar no prazo de 24 horas à PRIMEIRA OUTORGANTE a admissão de novos trabalhadores, demissão de trabalhadores, os acidentes de trabalho (e respetiva participação à seguradora), as ausências ao trabalho, por doença ou acidente, superiores a 30 dias, a aquisição de novos equipamentos bem como as alterações aos postos de trabalho.
- f) Informar a PRIMEIRA OUTORGANTE sobre todas as alterações dos componentes materiais do trabalho, processos de produção, equipamentos, matérias-primas ou processos de trabalho e consultar a mesma sobre todas as situações com possível repercussão na saúde dos trabalhadores.
- g) Garantir o sigilo, a confidencialidade e a proteção de dados pessoais dos trabalhadores.

2. O ónus de solicitação de agendamento dos serviços/actividades objecto do presente contrato recai sobre a SEGUNDA OUTORGANTE, a qual se obriga a contactar a PRIMEIRA OUTORGANTE para tal efeito.

3. Conforme esclarecida informação e comunicação prévia por parte da PRIMEIRA OUTORGANTE, é do pleno conhecimento da SEGUNDA OUTORGANTE a necessidade de implementação das medidas respeitantes à Segurança e Saúde no Trabalho previstas na Lei n.º 102/2009 de 10 de Setembro.

4. A SEGUNDA OUTORGANTE assume expressamente ter o devido conhecimento das obrigações que sobre si impendem em matéria de Segurança e Saúde do Trabalho, concretamente no que respeita às obrigações inerentes ao empregador e aquelas relativas às atividades por este a desenvolver no âmbito da Saúde do Trabalho, previstas nos artigos 15.º, 73.º, 73.º-A e 73.º-B da Lei n.º 102/2009 de 10 de Setembro,

pelo que, esta assume que a aceitação e celebração do presente contrato para desenvolvimento de alguns serviços/actividades previstas no elenco do referido artigo 73.º-B não a isenta, enquanto empregador, da obrigação e responsabilidade no cumprimento integral da legislação que lhe é aplicável.

QUINTA

1. A prestação dos serviços/actividades objeto do presente contrato por parte da PRIMEIRA OUTORGANTE é correlativa e dependente do pagamento anual dos mesmos por parte da SEGUNDA OUTORGANTE, nos seguintes termos:

a) Pela prestação dos serviços/actividades de **Segurança do Trabalho** supra identificados no n.º 1 da cláusula Segunda, a SEGUNDA OUTORGANTE pagará à PRIMEIRA OUTORGANTE, o montante anual de 80,00€ (Oitenta Euros) x 6 estabelecimentos = 480,00€ (Quatrocentos e Oitenta Euros).

b) Pela prestação dos serviços/actividades de **Saúde do Trabalho** supra identificados no n.º 2 da cláusula Segunda, a SEGUNDA OUTORGANTE pagará à PRIMEIRA OUTORGANTE o montante de 21,50€ (Vinte e Um Euro e Cinquenta Cêntimos) x 215 Trabalhadores estimados no primeiro ano de contrato = 4.622,50€ (Quatro Mil Seiscentos e Vinte e Dois Euros e Cinquenta Cêntimos) e 21,50€ (Vinte e Um Euro e Cinquenta Cêntimos) x 81 Trabalhadores estimados no segundo ano = 1.741,50€ (Mil Setecentos e Quarenta e Um Euro e Cinquenta Cêntimos).

c) As quantias devidas por parte da SEGUNDA OUTORGANTE nos termos das alíneas a) e b) da presente cláusula serão faturadas mensalmente pela PRIMEIRA OUTORGANTE.

d) Os pagamentos pela SEGUNDA OUTORGANTE, das quantias referidas nas alíneas supra da presente cláusula serão efetuados até à data de vencimento das respectivas facturas, ou seja 30 (trinta), através de transferência bancária para o NIB 0036 0011 99100044020 15.

2. A PRIMEIRA OUTORGANTE suspenderá de imediato a execução e prestação dos serviços/actividades contratados e objeto do presente contrato no caso de não pagamento da(s) respetiva(s) fatura(s), na data do seu vencimento, por parte da SEGUNDA OUTORGANTE, ficando aquela dispensada de notificar esta última da referida suspensão de serviços.

3. As OUTORGANTES expressamente declaram que a não prestação de serviços por culpa ou motivo imputável à SEGUNDA OUTORGANTE exclui a responsabilidade da PRIMEIRA OUTORGANTE pela mora ou

não prestação desses serviços, assumindo a SEGUNDA OUTORGANTE a total responsabilidade por tais factos e por quaisquer consequências e sanções que possa vir a incorrer em face dos mesmos.

SEXTA

1. As OUTORGANTES acordam que a PRIMEIRA OUTORGANTE não tem qualquer poder de hierarquia ou autoridade sobre a SEGUNDA OUTORGANTE, de modo que não pode impor a esta última quaisquer práticas ou medidas técnicas que sejam necessárias implementar no âmbito dos serviços/actividades contratados.

2. No seguimento no número anterior, a celebração do presente contrato e a prestação dos serviços/actividades contratados não confere à SEGUNDA OUTORGANTE o direito de exigir junto da PRIMEIRA OUTORGANTE qualquer indemnização caso venha a ser condenado em qualquer coima ou na adopção de quaisquer práticas, ordenadas por entidades judiciais, oficiais e/ou reguladoras investidas de poder de autoridade.

3. No caso de à PRIMEIRA OUTORGANTE ser aplicada qualquer coima, por parte das entidades oficiais e reguladoras, no âmbito dos serviços de Saúde no Trabalho por esta prestados à SEGUNDA OUTORGANTE, e se determine que os motivos que fundamentaram a aplicação de tal coima se devem a factos e aspetos cuja execução seja da responsabilidade desta última, para os quais este tenha sido alertada em tempo útil por parte da PRIMEIRA OUTORGANTE e, ainda assim, não tenha procurado implementar e executar, fica a SEGUNDA OUTORGANTE responsável pelo pagamento da coima que venha a ser aplicada à PRIMEIRA OUTORGANTE.

SÉTIMA

1. O presente contrato tem o seu início no dia 01 de abril de 2024, tendo a duração de 2 (dois) anos, contados a partir da data da sua assinatura, com possibilidade de renovações por igual período.

OITAVA

1. A resolução do contrato, com fundamento no incumprimento das obrigações contratuais, deve ser efetuada através de carta registada, a remeter para os endereços postais identificados no presente contrato.

2. A resolução do contrato por parte da PRIMEIRA OUTORGANTE, com fundamento em incumprimento de obrigação(ões) contratual(ais) da SEGUNDA OUTORGANTE, obriga esta última ao pagamento de indemnização correspondente ao valor dos serviços que, mantendo-se o contrato, seriam devidos até ao termo deste, ou da sua renovação, consoante o caso.

3. A resolução do contrato com fundamento em cessação de atividade ou cessação da obrigatoriedade de organização ou manutenção dos serviços/actividades contratados não desonera a SEGUNDA OUTORGANTE do pagamento das facturas vencidas e/ou do período remanescente da anuidade em curso.

NONA

1. As comunicações entre as partes a efectuar ao abrigo do presente contrato devem ser efetuadas por escrito, mediante envio de carta registada com aviso de receção, sendo que, quando não exijam nos termos deste contrato outra forma, poderão ser efetuadas para os endereços de correio eletrónico disponibilizados pelas OUTORGANTES, obrigando-se as mesmas a assegurar a sua manutenção ou a comunicar a sua alteração.

2. Toda a documentação elaborada e produzida no âmbito da execução dos serviços/actividades contratualizados serão disponibilizados à SEGUNDA pela PRIMEIRA OUTORGANTE através da sua plataforma informática "Portal do Cliente INTERPREV", devendo a SEGUNDA OUTORGANTE proceder regularmente à recolha desta documentação da plataforma e fazer a sua própria gestão administrativa da mesma, ressalvando-se o direito da PRIMEIRA OUTORGANTE poder, a todo o tempo, retirar à SEGUNDA OUTORGANTE o acesso à mencionada plataforma, nomeadamente em caso de incumprimento contratual por parte desta última ou previamente à cessação do presente contrato.

3. Reserva-se à PRIMEIRA OUTORGANTE o direito de modificar ou rescindir o presente contrato caso surjam alterações legais aos diplomas em vigor ou surjam novas condições legais ou circunstâncias de facto que alterem significativamente as que se encontram em vigor, mais reconhecendo as OUTORGANTES que, em tudo o que não resultar o contrário no âmbito do presente contrato, a invocação de tal alteração substancial é suficiente para a modificação, suspensão, ou resolver o presente contrato, sem que daí advenha o direito a exigir qualquer indemnização por tal facto.

4. Para a resolução de quaisquer litígios emergentes do presente Contrato, designadamente quanto à sua interpretação, aplicação, validade, execução, cumprimento e seu termo, as partes atribuem competência exclusiva ao Tribunal da Comarca da Covilhã, com expressa renúncia a qualquer outro.

Assim o disseram, aceitaram e vão assinar, sendo o presente contrato composto de 08 páginas e 2 Anexos, e feito em 2 exemplares, ficando cada parte com um original do presente contrato, celebrado entre as outorgantes infra.

Covilhã, 01 de abril de 2024

Pela Primeira Outorgante

Pela Segunda Outorgante